

APRESENTAÇÃO

DOSSIÊ SEGURANÇA E JUSTIÇA CRIMINAL

RODRIGO GHIRINGHELLI DE AZEVEDO

Professor Titular da PUCRS, pesquisador de produtividade em pesquisa nível 1D do CNPq, membro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e do Instituto Nacional de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos (INCT-InEAC).

O presente dossiê reúne trabalhos inicialmente apresentados no Grupo de Trabalho em Violência, Polícia e Justiça no Brasil, no Congresso Brasileiro de Sociologia realizado em Brasília no ano de 2017, e coordenado por mim e pela professora Maria Stela Grossi Porto.

A proposta do Grupo, concretizada neste dossiê, é a de descrever e analisar o panorama da multiplicidade de posições, abordagens e aproximações institucionais e disciplinares que configuram e dão dinamismo ao *corpus* teórico e conceitual de um campo de estudos que tem crescido de forma acentuada na última década no âmbito das Ciências Sociais.

Se antigas fronteiras estão bem delimitadas, como aquelas dedicadas pioneiramente ao estudo das prisões e dos mecanismos de punição, há outras, como é o caso dos estudos sobre políticas de segurança pública, que já superam quantitativamente os estudos clássicos sobre punição, e dedicam-se a pensar sobre as respostas públicas ao crime e à violência, com ênfase nas polícias.

Na intersecção dessas fronteiras, temas clássicos como violência contra mulheres, direitos humanos, discriminação racial, administração da justiça e conflitos sociais ajudam a guiar as pesquisas e os debates intelectuais da área.

A proposta é de reflexão sobre rumos e cenários para a agenda de pesquisas da área, numa tentativa de adensar o debate. Arriscamos dizer que o conjunto de pesquisas oriundas das ciências sociais estaria conformando um campo de estudos sobre “segurança pública e sociedade”, deslocando abordagens já consolidadas e tensionando posições institucionalizadas.

Esse campo vem adquirindo, por sua vez, nova centralidade em várias disciplinas e áreas. Se, como destaca David Garland¹, os temas da nossa área de pesquisa são melhor concebidos se articulados a um campo prático que utiliza as fontes intelectuais de disciplinas como a Sociologia, a Antropologia, a Ciência Política, a Economia, a Psicologia e o Direito, faz-se mais do que necessário um programa acadêmico e intelectual que marque divisas e, ao mesmo tempo, reestabeleça pontes entre esses distintos campos disciplinares. Um programa que problematize diferentes dimensões da realidade social e das *agências de segurança pública e justiça criminal*; que problematize crime, violência e as respostas públicas levadas a cabo nos últimos anos; e que aborde o impacto social da crise dos mecanismos de segurança pública, como o medo do crime e a baixa confiança nas instituições de polícia e justiça.

¹ D. Garland, “Disciplinando a criminologia?”, em *Sistema Penal & Violência*. Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Criminais da PUCRS, Porto Alegre. Volume 1 – Número 1 – p. 114-125 – julho/dezembro 2009.

Em suma, buscou-se promover uma reflexão rigorosa sobre os limites e possibilidades da investigação sociológica sobre temas que se colocam no centro da agenda pública em uma sociedade marcada por altas taxas de violência e por um profundo déficit democrático no funcionamento das agências de controle do crime. Afinal, falar hoje de estudos sobre violência, polícia e justiça no Brasil é falar de uma agenda que reúne um número considerável de pesquisadores e que, em sua maioria, estão conectados em projetos comuns de cooperação acadêmica e de investigação (INCTs/CNPq; Cepids/FAPESP; Editais de Pesquisas Aplicadas do MJ/PNUD/CNJ; Fórum Brasileiro de Segurança Pública; periódicos especializados; entre outros).

O campo de estudos sobre violência, polícia e justiça no Brasil foi construído a partir de importantes centros de pesquisa formados nos anos 80, e a partir dos anos 90 se disseminou em um sem número de linhas de pesquisa pelo país nos cursos de pós-graduação em Sociologia. O GT pretendeu contemplar os diversos subtemas que vem sendo pesquisados dentro do campo. Nesse sentido, a partir de um debate mais amplo sobre a administração da justiça penal, tal como abordada pelos estudos sociocriminológicos, surgem questões como a seletividade do sistema penal e o problema do acesso à justiça, assim como o fluxo de funcionamento da justiça penal.

Também tem sido tematizada a existência de uma ética corporativa relacionada com as práticas policiais e judiciais, e as decorrências daí advindas para as possibilidades de pensar reformas no interior da estrutura policial e judiciária.

O tema da aplicação da pena também interessa, tanto de forma mais ampla, analisando a punição como elemento inserido em um contexto social e cultural, assim como as relações e processos sociais em curso no interior do sistema carcerário.

Os estudos sobre a administração da segurança pública e da justiça penal em suas várias dimensões apontam para questões fundamentais do ponto de vista da compreensão dos processos de criminalização, bem como dos limites dos projetos e propostas de reforma. É o caso da demanda de reestruturação das polícias e de todo o funcionamento da justiça penal – desde a investigação criminal até a execução das penas, assim como das questões relacionadas com a governança da Segurança Pública e a governança de mercados ilegais.

Qual a causa da violência, e como compreender as dinâmicas criminais em determinados âmbitos sociais? Pretende-se enfrentar o debate proposto pelos estudos que relacionam economia e crime, que discutem a relação da criminalidade com a pobreza e as periferias urbanas, o fenômeno dos grupos delinquentes e o crime e a punição em uma perspectiva histórica.

O adensamento dos estudos no campo tem apontado para a ampliação do conhecimento e da reflexão sobre o fenômeno da violência, e novas dinâmicas e manifestações desse mesmo fenômeno apontam a pertinência de se insistir no debate, na análise e na pesquisa de novos (e antigos) acontecimentos nos quais a violência desponta como conteúdo de inúmeros e variados processos sociais e políticos. A indagação que instiga e aguça o olhar sociológico refere-se às razões e aos condicionantes para que uma pluralidade de atores sociais opte, de modo recorrente, pela violência como forma de resolver conflitos, desencontros, desavenças, frustrações e lacunas, materiais e simbólicas.

O dossiê é composto por 7 artigos. O primeiro deles analisa como tem sido planejada a segurança pública no Brasil, analisando os planos e programas nacionais de segurança pública no período pós-redemocratização. As principais conclusões estão alinhadas com a noção de não haver a continuidade

necessária na implantação de políticas de segurança pública e, em consequência, não se conseguir prevenir e reduzir a criminalidade. Também foi identificada pelos autores a pouca participação social na construção dos planos analisados, tanto na concepção quanto em seus desdobramentos e nas avaliações do impacto das ações implementadas.

No artigo Economia das drogas e políticas de segurança no Triângulo Mineiro/MG: o controle do crime entre mercados do atacado e do varejo, os autores buscam compreender os quatro modelos econômicos dos mercados das drogas ilícitas, suas intersecções e conexões de sentido com as políticas de segurança pública em Minas Gerais. O método utilizado foi a pesquisa etnográfica desenvolvida entre 2011 e 2015 e o material analisado foram entrevistas, relatório da CPI do Narcotráfico e registros da imprensa local.

O artigo sobre Letalidade e vitimização policial em Minas Gerais: características gerais do fenômeno em anos recentes, apresenta um diagnóstico sobre os fenômenos da letalidade e da vitimização policial em Minas Gerais, buscando não apenas dimensionar o problema das mortes decorrentes de intervenções policiais e das mortes violentas de agentes policiais no estado, mas também conhecer, de maneira mais aprofundada, os contextos situacionais, institucionais e criminais que caracterizam tais episódios. Segundo os autores, o que os dados obtidos em Minas Gerais para o período 2009-2017 indicam é que tem havido uma tendência de forte crescimento dos indicadores de letalidade policial no estado ao longo dos últimos anos.

No mesmo sentido, o artigo intitulado A Legitimação da Violência Policial como Estratégia de Governo, analisa o contexto do Rio Grande do Sul, apresenta casos de violência policial praticados pela Brigada Militar do Rio Grande do Sul durante o ano de 2016, a partir de registros realizados pelo Centro de Referência em Direitos Humanos da Defensoria Pública do RS. Com base nos registros realizados pela Defensoria, foi possível analisar o contexto em que elas ocorrem, o perfil de vítimas e agressores, assim como o encaminhamento dado aos casos analisados. Ao final, a partir da apresentação de um caso de condecoração de policiais militares pelo governo do RS, na gestão de José Ivo Sartori (PMDB), por mortes cujas circunstâncias apontavam, a partir de filmagem, para uma situação de violência policial abusiva, dando fundamento à hipótese de legitimação da violência policial como estratégia de governo.

Por outro lado, no estudo Dinâmicas dos homicídios em Porto Alegre: discursos e interpretações sobre a violência letal, é apresentada uma análise sociológica da violência letal na capital do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, com base em um amplo conjunto de dados secundários e de entrevistas realizadas com profissionais do sistema judiciário e de segurança pública. O trabalho apresenta dados parciais de pesquisa realizada nos três estados da Região Sul, em seis municípios, com financiamento da Secretaria Nacional de Segurança Pública, de natureza qualitativa, envolvendo a realização de 90 entrevistas semi-estruturadas com profissionais da segurança pública, gestores e operadores do sistema de justiça, além de lideranças comunitárias, jornalistas especializados na cobertura de ocorrências policiais, juízes, promotores, delegados da polícia civil e oficiais das polícias militares. As autoras buscam identificar as representações sociais que os agentes que operam nos sistemas de justiça criminal e segurança pública têm dos homicídios dolosos, suas motivações e causas subjacentes.

Há também um trabalho, intitulado UPP Estadual e UPP Federal: um estudo sobre duas formas de ocupação policial no Rio de Janeiro, aborda o chamado do governo do estado do Rio de Janeiro para a Força Nacional de Segurança Pública (FNSP) apoiá-lo em uma "Operação Pacificadora" em 2012. A pesquisa de campo foi realizada entre 2014 e 2016, incluindo entrevistas com policiais e moradores, grupos focais e observação de campo, inclusive em reuniões comunitárias.

Por fim, o artigo intitulado Caracterização das Sentenças Condenatórias do Crime de Tráfico de Drogas em Belém do Pará, buscou analisar as sentenças condenatórias do crime de tráfico de drogas, da Vara de Combate ao Crime Organizado de Belém-Pará, no ano de 2017. Os resultados evidenciaram particularidades que indicam elementos caracterizadores do crime de tráfico de drogas e apontam como circunstâncias predominantes a utilização do depoimento de policiais para fundamentar a condenação.

No momento em que se produz no Brasil, nos âmbitos político e policial, um discurso refratário às Ciências Sociais e à sua contribuição para compreender e lidar com os fenômenos da violência, da punição e do controle do crime, o presente dossiê vem demonstrar que, a partir de uma multiplicidade de ferramentas teóricas e de técnicas de pesquisa empírica, os estudos sociológicos podem contribuir efetivamente para a descrição, o diagnóstico e a reforma dos mecanismos de controle do crime no Brasil, sempre com o compromisso com a democracia e a redução da violência estatal e privada, e com uma sociedade mais justa e menos desigual.